

Caderno de Provas

P 01 - NS

ADVOGADO

**EDITAL nº. 001/2018-PREFEITURA MUNICIPAL
DE SANTANA DO MATOS/RN**

05 de agosto de 2018

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de material transparente com tinta de cor azul ou preta.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** somente poderá ser levado depois de transcorridas 3 (três) horas do início da aplicação da prova.
- Este **Caderno de Provas** contém TRINTA questões de múltipla escolha assim distribuídas: 01 a 10 - Língua Portuguesa ; 11 a 15 - Raciocínio Lógico; 16 a 30 - Conhecimentos Específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao fiscal.
- Você será avaliado exclusivamente por aquilo que marcar dentro dos espaços destinados às respostas na **Folha de Respostas**.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas uma resposta correta.
- Questões marcadas em duplicidade, rasuradas ou preenchidas diferentemente das orientações contidas no cartão de respostas anulará a questão.
- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de inteira responsabilidade do candidato.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa (Objetivas)	10 questões	30 pontos
Raciocínio Lógico (Objetivas)	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Específicos (Objetivas)	15 questões	60 pontos
Total de questões	30 questões	100 pontos

NOME COMPLETO DO CANDIDATO:

IDENTIFICAÇÃO Nº RG:

QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

Obesidade atinge um em cada cinco adultos no país, diz Ministério da Saúde

A epidemia de obesidade no Brasil começa a dar sinais de estagnação. Dados inéditos do Ministério da Saúde obtidos pelo jornal "O Estado de S. Paulo" mostram que a explosão de casos assistida na última década perdeu ritmo nos dois últimos anos. "Os indicadores apontam para uma tendência de estabilização entre a população das capitais", afirma a diretora do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis do Ministério da Saúde, Maria de Fátima Marinho de Souza.

Os números, no entanto, estão longe de ser tranquilizadores. "Os patamares ainda são muito elevados. Mais do que nunca é preciso reforçar a prevenção", constata. Entre as medidas consideradas cruciais, estão mudanças nas regras de rótulos de alimentos, para que a população possa fazer escolhas mais conscientes, e políticas que permitam maior acesso a frutas e hortaliças.

A pesquisa do Ministério da Saúde mostra que 18,9% da população acima de 18 anos das capitais brasileiras é obesa. O percentual é 60,2% maior que o obtido na primeira vez que o trabalho foi realizado, em 2006. Naquele ano, 11,8% dos entrevistados estavam com Índice de Massa Corporal (IMC) acima de 30. Embora bastante elevados, sobretudo quando comparados com outros países da América do Sul, os indicadores são os mesmos obtidos em 2015.

"Daí a indicação de que a velocidade da expansão começa a cair", afirma Maria de Fátima. O mesmo ocorre com o excesso de peso. Em 11 anos, a expansão da população com peso acima do considerado ideal foi de 26,8%. De 2015 para 2017, contudo, os indicadores permaneceram estáveis. Há três anos, 53,9% da população estava acima do peso. No dado mais recente, 54%. Uma nova pesquisa deverá ter início no fim do ano para comprovar esses dados. No novo estudo, voluntários terão seu peso medido pelos entrevistadores.

Os sinais de estabilização de sobrepeso e obesidade nos últimos dois anos vêm acompanhados de mudanças no comportamento do brasileiro. Ele hoje consome menos refrigerante e bebidas adoçadas que na última década e se exercita um pouco mais. Em 10 anos, a queda do consumo de bebidas foi de 52,8%. Em 2007, 30,9% dos moradores das capitais faziam uso regular desses produtos. Agora, o comportamento é citado por 14,6%.

"Houve uma queda importante, mas o consumo no País ainda é muito alto", afirma a coordenadora de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, Michele Lessa. Sobretudo entre a população mais jovem. Na faixa entre 18 e 24 anos, 22,8% consomem refrigerantes e bebidas adoçadas regularmente. "Do ponto de vista nutricional, esses produtos não trazem nenhuma vantagem e têm grande concentração de açúcares. O ideal seria reduzir ao máximo o consumo", afirma Michele. A faixa etária mais jovem é a que mais ingere essas bebidas e, ao mesmo tempo, a que apresentou menor redução de consumo no período analisado: 43,17%

O raciocínio vale ainda para a melhora nos indicadores de consumo de frutas e hortaliças. Os números avançaram positivamente, mas ainda não alcançaram a meta ideal. Entre a população de 18 a 24 anos a ingestão recomendada de pelo menos cinco porções por semana desses alimentos subiu 25%. Mesmo assim, apenas 19,63% consomem esses alimentos nessa frequência. Os números vão melhorando com o passar dos anos de vida. Dos entrevistados com mais de 65 anos, 26,9% fazem o consumo desses alimentos na proporção recomendada.

Além da alimentação, os indicadores de atividade física também melhoraram. Houve um aumento de 24% de pessoas que afirmam se exercitar de forma leve ou moderada. "Todos esses indicadores precisam melhorar. O ideal é que toda população coma ao menos cinco porções de frutas e hortaliças por dia. E que se exercite de forma moderada, mas frequente", avalia Maria de Fátima.

A tarefa, no entanto, não é fácil. "Há dificuldades de acesso, sem falar em preços", diz. Batizada de Vigitel, a pesquisa do Ministério da Saúde é feita por telefone, com população acima de 18 anos residente nas capitais do País. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

01. O texto, de forma preponderante, objetiva

- A) criticar a fragilidade das pesquisas sobre obesidade na área da saúde.
- B) explicar os motivos pelos quais a obesidade é um problema epidêmico.
- C) divulgar informação de interesse público sobre o problema da obesidade.
- D) apontar caminhos para criação de políticas de prevenção à obesidade.

02. Nos parágrafos 2 e 4, há a ocorrência de citações do discurso alheio

- A) de autores distintos, sob forma transcrição literal das palavras do autor citado.
- B) de um mesmo autor, sob forma de paráfrase das palavras do autor citado.
- C) de autores distintos, sob forma de paráfrase das palavras do autor citado.
- D) de um mesmo autor, sob forma transcrição literal das palavras do autor citado.

03. Considerando-se a progressão discursiva do texto, é correto afirmar que o parágrafo:

- A) 2 acrescenta uma nova ideia central que estabelece com a ideia do parágrafo 1 uma relação de contraposição.
- B) 2 tão somente continua o desenvolvimento da ideia central do parágrafo 1.
- C) 8 acrescenta uma nova ideia central que estabelece com o parágrafo 7 uma relação de comparação.
- D) 8 tão somente continua o desenvolvimento da ideia central do parágrafo 7.

04. Considere o trecho:

Em 11 anos, a expansão da população com peso acima do considerado ideal foi de 26,8%. De 2015 para 2017, **contudo**, os indicadores permaneceram estáveis.

A palavra em destaque inter-relaciona

- A) períodos e poderia ser substituída, mantendo-se a mesma relação semântica, por **no entanto**.
- B) orações e poderia ser substituída, mantendo-se a mesma relação semântica, por **entretanto**.
- C) períodos e poderia ser substituída, mantendo-se a mesma relação semântica, por **portanto**.
- D) orações e poderia ser substituída, mantendo-se a mesma relação semântica, por **conquanto**.

05. Sobre a linguagem do texto, é correto afirmar que há:

- A) marcas da linguagem oral ao longo do primeiro parágrafo.
- B) o predomínio de estruturas que caracterizam a escrita formal.
- C) o predomínio de um jargão típico de profissionais da área da saúde.
- D) marcas de uma linguagem que identifica uma faixa etária específica.

06. Considere o título do texto:

Obesidade atinge um em cada cinco adultos no país, diz Ministério da Saúde

A estrutura do título autoriza inferir que

- A) a informação de que a obesidade atinge um em cada cinco adultos é de responsabilidade do autor do texto.
- B) a obesidade sempre atingiu e continuará a atingir adultos, no Brasil, na relação de um para cada grupo de cinco.
- C) a obesidade nem sempre atingiu os adultos na relação de um para cada grupo de cinco.
- D) a informação de que a obesidade atinge um em cada cinco adultos pode ser verdadeira ou não.

07. Considere o período:

Ele hoje consome menos refrigerante e bebidas adoçadas que na última década e se exercita um pouco mais.

Considerando-se as relações sintático-semânticas da língua portuguesa, outra pontuação coerente para esse período é:

- A) Ele hoje, consome menos refrigerante e bebidas adoçadas que na última década, e se exercita um pouco mais.
- B) Ele hoje consome menos refrigerante e bebidas adoçadas, que na última década, e se exercita um pouco mais.
- C) Ele, hoje, consome menos refrigerante e bebidas adoçadas que na última década e se exercita um pouco mais.
- D) Ele, hoje consome, menos refrigerante e bebidas adoçadas que na última década e se exercita um pouco mais.

08. Considere os trechos

1 [...] políticas **que permitam maior acesso a frutas e hortaliças.**

2 Dados inéditos do Ministério da Saúde obtidos pelo jornal "O Estado de S. Paulo" mostram **que a explosão de casos assistida na última década perdeu ritmo nos dois últimos anos.**

As estruturas destacadas em 1 e em 2 apresentam, respectivamente, o valor de

- A) advérbio e de substantivo.
- B) adjetivo e de substantivo.
- C) substantivo e de advérbio.
- D) substantivo e de adjetivo.

09. É correto afirmar que o texto apresenta a dominância de estrutura

- A) explicativa, com temática que se insere na esfera da ciência, mas sem usar linguagem científica e, por isso, é um artigo informativo.
- B) argumentativa, com temática que se insere na esfera jornalística, mas sem usar linguagem técnica e, por isso, é um artigo de opinião.
- C) descritiva, com temática que se insere na esfera jornalística, mas sem usar linguagem estritamente formal e, por isso, é uma crônica.
- D) narrativa, com temática que se insere na esfera da ciência, mas sem usar linguagem técnica e, por isso, é um relato.

10. Considere o período:

Os sinais de estabilização de sobrepeso e obesidade nos últimos dois anos **vêm** acompanhados de mudanças no comportamento do brasileiro.

A grafia da palavra em destaque é justificada pela concordância com

- A) “dois anos”, que é predicativo do sujeito”.
- B) “sobrepeso e obesidade”, que é núcleo do predicado.
- C) “mudanças”, que é predicativo do objeto.
- D) “sinais”, que é núcleo do sujeito.

QUESTÕES DE LÓGICA

11. Dentre os servidores de nível superior de uma prefeitura estão 3 advogados, 3 contadores, 6 psicólogos e 8 médicos. Dentre esses, serão selecionados ao acaso três servidores para formar uma comissão. A probabilidade de nessa comissão existir apenas um médico é de, aproximadamente,

- A) 44%.
- B) 42%.
- C) 46%.
- D) 40%.

12. Na sequência numérica 11, 13, 17, 25, 32, ..., o número 95 é o 11º elemento. Mantendo-se a lógica de formação da sequência, a soma do 16º e do 17º elementos é igual a

- A) 276.
- B) 291.
- C) 312.
- D) 336.

13. Analise as três afirmações do quadro a seguir:

Alberto é Dentista ou Bruna não é Farmacêutica.
Se Bruna não é Farmacêutica, então Daniela é Assistente Social.
Ou Carlos não é Veterinário, ou Daniela não é Assistente Social.

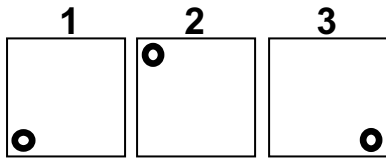
Se todas as afirmações são verdadeiras e Carlos é Veterinário, então, a afirmação que tem valor lógico verdadeiro é

- A) se Carlos é Veterinário, então Bruna não é Farmacêutica.
- B) Alberto é Dentista e Bruna não é Farmacêutica.
- C) Daniela é Assistente Social ou Alberto não é Dentista.
- D) se Daniela é Assistente Social, então Bruna não é Farmacêutica.

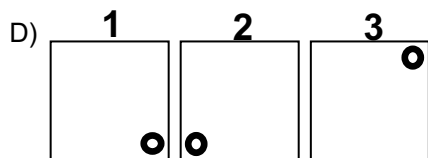
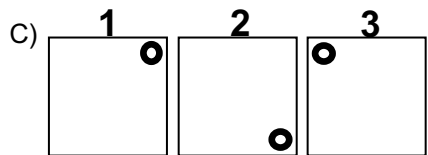
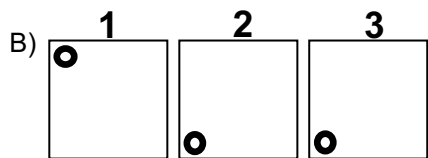
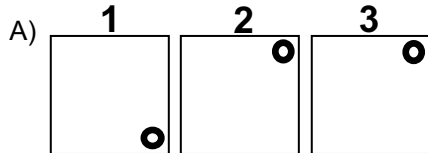
14. Temos quatro pessoas, uma atrás da outra, em uma fila de banco. Dois homens estão um na frente do outro. Uma pessoa de cabelos loiros está na frente de uma pessoa de cabelos ruivos. Uma mulher está na frente de um homem. Alguém de cabelos ruivos está atrás de uma pessoa de cabelos pretos. Uma pessoa de cabelos ruivos na frente de alguém com cabelos pretos. Uma mulher está atrás de um homem. Logo, esta fila está formada por

- A) uma mulher de cabelos pretos, um homem de cabelos ruivos, um homem de cabelos pretos e uma mulher de cabelos loiros.
- B) uma mulher de cabelos loiros, um homem de cabelos ruivos, uma mulher de cabelos pretos e um homem de cabelos ruivos.
- C) uma mulher de cabelos loiros, um homem de cabelos ruivos, um homem de cabelos pretos e uma mulher de cabelos ruivos.
- D) uma mulher de cabelos ruivos, um homem de cabelos pretos, um homem de cabelos loiros e uma mulher de cabelos pretos.

15. Observe os quadrados 1, 2 e 3 abaixo e as marcações em seus interiores.



Cada um deles pode ser girado em torno de seu centro. Se os quadrados 1 e 3 só giram em sentido horário e o quadrado 2 só gira em sentido anti-horário, após cada um deles dar um giro de 270° a organização dos quadrados será



QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Em conformidade com o artigo 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, compete aos Municípios:

- A) legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- B) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- C) legislar sobre normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- D) promover a edição e a instituição de diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

17. Consoante o texto constitucional vigente, o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais, em cada legislatura para a subsequente, observados o que dispõe a Constituição, os critérios estabelecidos na Lei Orgânica Municipal e os limites máximos devidamente previstos.

Sobre os limites máximos dos subsídios dos Vereadores, é correto afirmar que em Municípios de

- A) dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- B) cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- C) até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a dez por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- D) até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

18. Sobre a fiscalização e o controle do Município, a Constituição da República Federativa do Brasil estabeleceu os regramentos basilares.

A respeito desses regramentos, é correto afirmar:

- A) as contas dos Municípios ficarão, durante seis meses, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, que poderá questionar a legitimidade delas.
- B) o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Municípios.
- C) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- D) a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle interno.

19. De acordo com o Código Civil, são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Para fins dessa norma e considerando as disposições do diploma legal, é correto afirmar:

- A) são bens públicos de uso especial os terrenos destinados a serviço de autarquia municipal.
- B) os bens públicos dominicais não podem ser alienados.
- C) os bens públicos estão sujeitos à usucapião, desde que sejam de uso especial.
- D) são bens públicos de uso comum do povo os edifícios ou terrenos destinados a serviço da administração municipal.

20. De acordo com o artigo 40 do Código Civil Brasileiro, as pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.

Com base no teor desse artigo, é correto afirmar:

- A) a União, os Estados e os Municípios são pessoas jurídicas de direito público externo, assim como suas autarquias.
- B) os Estados, o Distrito Federal e os Territórios são pessoas jurídicas de direito público interno.
- C) os Estados e os Municípios, ao contrário da União, são pessoas jurídicas de direito público externo.
- D) são pessoas jurídicas de direito público interno os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.

21. As normas do Código de Processo Civil, a respeito da prática eletrônica de atos processuais, estabelecem que

- A) compete privativamente ao Conselho Nacional de Justiça regulamentar a prática e a comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico.
- B) compete privativamente aos Tribunais Superiores regulamentar a prática e a comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico.
- C) as unidades do Poder Judiciário poderão manter gratuitamente, à disposição dos interessados, equipamentos necessários à prática de atos processuais e à consulta e ao acesso ao sistema e aos documentos dele constantes.
- D) as unidades do Poder Judiciário deverão manter gratuitamente, à disposição dos interessados, equipamentos necessários à prática de atos processuais e à consulta e ao acesso ao sistema e aos documentos dele constantes.

22. Ajuizada uma ação ordinária em desfavor de um cidadão do Município de Santana do Matos, esse cidadão poderá oferecer contestação, sendo sua incumbência alegar toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.

Com base no exposto, marque a opção correta.

- A) Depois de ofertada a contestação, não é lícito ao réu deduzir novas alegações, já que cabia alegar de plano toda a matéria de defesa.
- B) Depois de ofertada a contestação, é lícito ao réu deduzir novas alegações, salvo as relativas a direito ou a fato superveniente.
- C) Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- D) Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, ainda que desconexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

23. No tocante ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, o Código Tributário Nacional estabelece que tem fato gerador

- A) exclusivamente na propriedade.
- B) exclusivamente na posse do bem imóvel.
- C) no domínio útil do bem móvel por natureza.
- D) na posse do bem imóvel por natureza.

24. A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro foi estabelecida pelo Decreto-Lei nº. 4.657/1942.

Considerando as disposições desse Decreto-Lei, é correto afirmar:

- A) não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até o fim da legislatura autoral, tendo em vista que as normas de cada legislatura vigoram até o fim do mandato dos Parlamentares autores.
- B) as correções a texto de lei já em vigor não consideram lei nova, mas tão somente adequações legislativas.
- C) se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.
- D) a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente assinada.

25. Pelos termos da Lei Federal nº. 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica que sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

Considerando essa previsão legal, é correto afirmar:

- A) equiparam-se às autoridades, para os efeitos da mencionada Lei, os representantes ou órgãos de partidos políticos.
 - B) ainda que em caso de urgência, é vetado impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
 - C) cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas e de concessionárias de serviço público.
 - D) deferida a medida liminar eventualmente requerida, o processo de logo perde a prioridade para julgamento, em função da satisfação do direito pleiteado.
26. O Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) resguardam como direito do advogado
- A) usar da palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante autorização do magistrado presidente do ato, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento.
 - B) retirar-se do recinto onde aguarda pregão para ato judicial, após trinta minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a ele, mediante comunicação protocolizada em juízo.
 - C) falar, desde que em pé, em juízo, tribunal ou órgão de deliberação coletiva da Administração Pública ou do Poder Legislativo.
 - D) ingressar livremente nas salas de sessões dos tribunais, limitando-se aos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados.
27. Para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, o Poder Público contará, entre outros, com os seguintes instrumentos:
- A) instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público.
 - B) manutenção de assistência jurídica, integral e remunerada para o consumidor carente.
 - C) instituição de programa de ressarcimento antecipado dos valores expendidos equivocadamente pelos consumidores.
 - D) bloqueio provisório dos estabelecimentos com reiteradas práticas de desrespeito à legislação consumerista.
28. Em conformidade com o Capítulo I da Lei Orgânica do Município de Santana do Matos/RN, no tocante ao estabelecimento de seus princípios fundamentais, fica determinado que
- A) o nome do Município não pode ser alterado.
 - B) são poderes municipais, independentes e harmônicos entre si, o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário.
 - C) São José da Passagem e Barão de Serra Branca são distritos pertencentes ao município de Santana do Matos.
 - D) São José da Passagem e Bodó são distritos pertencentes ao município de Santana do Matos.

29. O Município de Santana do Matos/RN, por força do texto da sua Lei Orgânica, buscará ordenar o desenvolvimento urbano, de forma a garantir o bem-estar coletivo, sendo uma de suas prioridades
- A) a segregação urbano-rural para a melhor adequação de políticas sociais.
 - B) a prevenção do crescimento urbano, com foco na melhor prestação dos serviços.
 - C) a proteção do patrimônio histórico, com instituição de tributo específico para esse fim.
 - D) o uso racional do solo e o resguardo da função social da propriedade.
30. A Lei nº. 344, de 14 de dezembro de 1996, que institui o Regime Jurídico Único e o Estatuto dos Servidores Municipais de Santana do Matos, ao estabelecer gratificações e adicionais para os servidores municipais, determina que
- A) a gratificação natalina deve ser paga em duas parcelas iguais, sendo uma em junho e outra em dezembro.
 - B) o adicional por tempo de serviço é devido à razão de 5% (cinco por cento) por quinquênio de serviço público efetivo.
 - C) o adicional de função é devido, em caráter permanente, pelo exercício de cargo efetivo ou de cargo de direção, chefia ou assessoramento.
 - D) a gratificação de representação é devida, em caráter transitório, pelo exercício de cargo efetivo ou de cargo de direção, chefia ou assessoramento.